

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS DESAFIOS PARA A SUPERAÇÃO DO PARADIGMA TRADICIONAL DE ENSINO NA CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS DO MST NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS COMO METODOLOGIA DE ENSINO<sup>1</sup>

Edvaldo Carlos de Lima

(Universidade Estadual de Londrina. [edvaldo.edvlima@gmail.com](mailto:edvaldo.edvlima@gmail.com))

**Resumo:** Se observamos a literatura recente sobre a trajetória da Educação do/no Campo, produzida sob o foco dos movimentos sociais no campo brasileiro, pudemos perceber que suas principais preocupações, além da crítica sobre o paradigma da educação tradicional, são alguns elementos essenciais como: (a) a autonomia global no processo educativo das comunidades camponesas, com especificidades para as escolas do campo, respeito à diversidade do campo nas particularidades do mundo do trabalho camponês dos acampados e assentados de reforma agrária, da cultura, dos projetos ambientais, políticos, sociais, econômicos, de gênero, raça e etnia; (b) as propostas de desenvolvimento de projetos político-pedagógicos para as escolas do campo; (c) propostas para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas especificamente para a formação de profissionais da Educação do campo; (d) valorização da identidade das escolas do campo, com conteúdos e metodologias adequados à realidade dos territórios camponeses; (e) e controle de qualidade da educação escolar do campo com a participação efetiva das comunidades camponesas e dos movimentos sociais. De modo geral, são estes os desafios que consideramos eminentes para a Educação do Campo no cenário nacional. Este trabalho tem como objetivo principal, analisar a situação atual das escolas do campo do MST no Sertão Paraibano, verticalizando as preocupações para o cumprimento ou não das prerrogativas do conceito de escola e educação do e no campo. Estes conceitos nascem praticamente em simultaneidade numa sequência que engloba as experiências de formação social e cultural dos seus sujeitos. Escola e educação do campo são contextos paralelos verticalizados na luta pela terra, pela reforma agrária e pela educação dos povos do campo. Sumariamente são articulações organizadas pelo coletivo da classe trabalhadora do campo que emergem das contradições da luta de classe no campo brasileiro, constituída pelos trabalhadores e latifundiários. A perspectiva metodológica aqui adotada foi constituída por meio do trabalho de campo nos acampamentos e assentamentos do sertão paraibano. Considero este como um instrumento metodológico de reflexão teórico-prática que possibilita concretizar a realidade da educação aparente do campo, para uma realidade educacional concreta, entendida nos seus diversos e contraditórios aspectos. Por meio da leitura bibliográfica foi possível compreender a realidade educacional das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos lugares e territórios da diferença, acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Trata-se de uma abordagem constituinte de instrumento lógico de interpretação da realidade.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. MST. Agroecologia. Reforma Agrária.

---

<sup>1</sup> Pesquisa de Pós-Doutoramento em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina - PR. Supervisora: Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino. Esta pesquisa foi financiada com recursos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com Bolsa de Estudos do PNPD - Programa Nacional de Pós-Doutorado no Brasil. LATEC – Laboratório de Análise Campo-Cidade.



## Introdução

A Educação do/no Campo é uma proposta de ensino/aprendizagem que se confunde com os movimentos sociais do campo. Especialmente o (MST) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Neste sentido não poderíamos desenvolver uma reflexão sobre a Educação do/no Campo, sem antes discutir e entender como o MST se coloca diante do processo de ensino/aprendizagem da Educação do Campo. O próprio movimento nos permite pensar uma educação para os povos do campo mesmo que seja em suas escolas itinerantes, realizada nos acampamentos de reforma agrária. Trata-se de uma proposta instigante e necessária para a educação brasileira neste início de século XXI, não somente para os povos do campo, mas que seja exemplificada para todos os povos inseridos no sistema nacional de ensino, principalmente nas escolas e universidades de formação de professores. Este é um momento crucial para desenvolvermos os mecanismos da Educação do/no Campo, dentro, da pesquisa, do ensino e da extensão para o entendimento da sociedade como um todo.

Estes mecanismos deverão ter como princípios básicos, ações efetivas viabilizadas por meio de políticas públicas que realmente efetivem a prática educativa junto aos instrumentos pedagógicos do novo educador e, que isso possa surtir efeitos impactantes e imediatos na qualidade de vida de todos os povos. Não somente do campo.

A Educação do/no Campo, nas últimas décadas vem constituindo seu percurso num processo evolutivo e nos coloca como educadores, novos elementos para repensar o paradigma tradicional de educação para o trabalho e para o capital. Especificamente diante das profundas crises estruturais na política central do Estado brasileiro, no interior do próprio capitalismo e na economia brasileira em seus diversos seguimentos. Diante dessas reflexões queremos apontar as carências e necessidades de respostas que permeiam o universo da esfera educativa, iniciada pelos camponeses, trabalhadores rurais com e sem terra, povos indignas, ribeirinhos e quilombolas. *Na atualidade os povos do campo, questionam o Estado, as universidades, o sistema nacional de ensino e escolar, a formação de educadores e suas práticas pedagógicas* (Souza, 2006, p.11). Do mesmo modo, também questionam um sistema educativo que faça a reintegração das comunidades camponesas e suas experiências de vida e de trabalho à sociedade do capital. O conteúdo dessa integração possibilitaria um processo revolucionário nas formas de educar e produzir um espaço geográfico adjetivado com maior sociabilidade educativa. Referimo-nos ao espaço camponês produzido por meio da agricultura familiar e camponesa, criando e recriando o modo de vida camponês por meio de princípios básicos



da Educação do/no Campo, como: modelo de produção da terra, constituição e ampliação dos bancos de sementes crioulas, valorização e significados do mundo do trabalho no campo, defesa permanente da luta pela terra e pelo trabalho, formas de produção agrícola com auto-sustentabilidade no interior do lote e, finalmente o fortalecimento da luta pela reforma agrária, conceituada como política pública de desenvolvimento territorial com a superação das relações tradicionais de poder sobre os latifúndios e o agronegócio.

Tendo em vista, estas e outras tantas questões vislumbradas pela Educação do/no Campo, queremos enfatizar que a temática vigente, apresenta uma proposta que visa como objetivo geral, criar ações que permitam a constituição de um paradigma de Educação do/no campo que supere o modelo tradicional de educação e, que, gere perspectivas para a classe trabalhadora do campo, para além das prerrogativas do capital. Porém, trata-se de uma proposta de ensino/aprendizagem que envolve as entidades representativas das comunidades rurais acampadas e assentadas que convivem com o semiárido paraibano.

A Educação do campo, é uma proposta que atua de forma concreta no processo de erradicação do analfabetismo dos trabalhadores rurais com e sem terra, diante da criação de instrumentos concretos que fundamentem a Educação do/no Campo nestes lugares e territórios de diferenças. A proposta tem em seu conteúdo, o fortalecimento da agricultura familiar por meio da educação e formação política dos trabalhadores, jovens e adultos, acampados e assentados na Paraíba. Isso implica na produção de instrumentos e metodologias concretas que realmente democratizem o processo de conhecimento acumulado nas universidades para o desenvolvimento socioeducativo e territorial das áreas de Reforma Agrária do Estado, assim com a criação da cultura educacional dos povos do campo por meio da Agroecologia.

### **Agroecologia como metodologia de ensino nas escolas do campo**

Iniciando pela concepção de Escola do Campo, podemos observar que o Conselho Nacional de Educação (2002) institui em Parágrafo Único que,

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (p.01).



Suas vinculações indenitárias são associadas ao nascimento do conceito de Educação do Campo, fundamentada no universo dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. Essa leitura educacional foi criada com o intuito de apontar as contradições inerentes a luta de classes no interior do capitalismo agrário. Uma das importantes contradições refletidas pelos movimentos sociais no interior das escolas do campo, emerge dos interesses e desejos de uma educação específica para os trabalhadores do campo. Principalmente na perspectiva de compreender a importância da luta pela terra e pela reforma agrária em um país constituído por latifúndio e analfabetismo. Podemos considerar então, que a Escola do Campo é um espaço de possibilidades para construir um sistema educativo que de suporte a todos os trabalhadores do campo. De modo geral esse modelo de educação se coloca numa relação antagônica a escola hegemônica do capital. Neste sentido, (Mészáros, 2008) consolida que é necessário “romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. Frente à essa perspectiva, (Camini, 2009) defende que em um dos seus questionamentos, se “A escola itinerante do MST pode ou não romper com a estrutura da escola liberal, própria do modo capitalista de produção”?

A constituição do conceito de escola do campo, elucida dois territórios desiguais e contraditórios, componentes da questão agrária brasileira, enraizados no processo histórico da luta contra o capitalismo no campo. São dois aspectos antagônicos que abrange as formas e o conteúdo da produção do campo: Agricultura Camponesa e o Agronegócio.

No que corresponde à metodologia de ensino, por meio da Agroecologia, vinculada ao mundo do trabalho nos territórios camponeses, ressaltamos que somente a Agricultura Familiar possibilita com propriedade esse conjunto de ações coordenadas na educação escolar do campo. Como prática de ensino, viabiliza a qualidade social dos povos do campo, por meio das articulações de experiências e estudos tradicionais dos seus antepassados e ecologicamente sustentável. Neste sentido é possível entender a prática agroecológica como a aplicação de um conjunto de ações práticas e teóricas que objetivam a produção agrícola limpa, sem o uso de agroquímicos. Essa prática, configura o uso racional do solo e da água com o uso de corretivos e defensivos orgânicos na manutenção das culturas locais, propondo o modo de produção e de vida sustentável do campesinato.

Todos os componentes aqui elaborados são partes constitutivas da proposta pedagógica das escolas do campo, respeitando o Artigo 5º do (CNE, 2002). Pois contemplamos nessa proposta pedagógica, o respeito as diferenças sociais e de modo de vida nas escolas do campo, nos aspectos sociais, culturais, de gênero e etnia, assim como o direito a igualdade na produção do conhecimento



e nos processos contraditórios que se originam na sociedade do capital. Ênfase categoricamente a conscientização destes sujeitos no tocante ao conflito de classe.

Os tópicos que consideramos como objetivos fundamentais para o desenvolvimento da proposta metodológica para o ensino das práticas educativas agroecológicas nas escolas do MST no Sertão Paraibano, correspondem as seguintes perspectivas:

1 - Destacar a importância pedagógica do trabalho humano com as práticas agroecológicas na Educação Básica do Campo, tendo em vista que as formas e modelos didáticos tradicionais de ensino, tornam-se fragmentados e podem ser superados por meio da Educação do Campo.

2 - Diagnosticar a escola e o livro/material didático de forma que estabeleça um diálogo entre Trabalho, Agroecologia e Educação do Campo, como prática social no mundo do trabalho camponês.

3 – Constituir integridade entre Trabalho, Agroecologia e Educação do Campo com práticas didáticas-pedagógicas que objetivem a qualificação da realidade social e territorial das trabalhadoras e trabalhadores dos territórios camponeses, por meio da formação inicial da Educação Básica do Campo.

São estas abordagens metodológicas que contribuí com as práticas e o papel fundamental da escola do campo, que é a formação intelectual do coletivo dos trabalhadores, conectando seus interesses intelectuais e sociais ao mundo do trabalho no campo, as relações de reciprocidade com a terra e suas organizações políticas e de luta pela reforma agrária. Com essa formação, abordando todos os níveis de escolaridade no campo, podemos contar com a produção de um conhecimento

(...) sobre o funcionamento da sociedade, sobre os mecanismos de dominação e subordinação que a caracterizam, e sobre o modo de integração da produção agrícola neste projeto de sociedade, a partir do complexo sistema de relações e de mediações que constitui o processo de desenvolvimento rural. (Molina, 2012, *et all*, p.325).

Como prática educativa da escola do campo no início da formação dos professores, a concepção do conhecimento antagônico entre Agronegócio e Agricultura Camponesa, contradizendo a popularidade do uso de agrotóxicos pelo Agronegócio (*Agro é Pop*), incentiva a classe trabalhadora do campo em suas lutas diárias por terra e educação, e inibe a expansão do modo capitalista nos seus territórios agroecológicos.



## Resultados e Discussões

As considerações aqui apontadas fazem parte dos resultados alcançados nesta pesquisa. Até o momento conseguimos pautar algumas escolas que seguem os princípios da educação do campo, aplicando como conteúdo básico a conscientização dos direitos humanos nas áreas rurais e as perspectivas de universalização do ensino específico para o campo. Outra perspectiva que consideramos perceptível em algumas escolas, é a iniciativa de autonomia no processo educativo dentro do lote, com especificidades temáticas inerentes a Agroecologia. Observamos nas escolas analisadas até o momento, a presença de projetos ambientais no interior dos lotes que são frequentados pelos alunos e alunas da escola básica do campo, como mostram as figuras a seguir.

### Escolas Analisadas



**Figura 1** – Sala de Aula - Escola no Acampamento - Canal da Redenção – Aparecida – PB. Acervo do Autor.



**Figura 2** – Aula Prática de Agroecologia – Acampamento Mundo Novo – Sousa – PB. Acervo do Autor.



**Figura 3** – Produção de Mudas. Acampamento Canal da Redenção – Aparecida – PB. Acervo do Autor.



**Figura 4** – Escola no Acampamento Mundo Novo – Santa Gertrudes – Patos - PB. Acervo do Autor.

Estudando as fotografias acima, percebemos um conjunto de ações que constituem e objetivam os saberes e experiências com os sujeitos envolvidos nas práticas pedagógicas da escola do campo. Isso implica na qualidade do aprendizado tanto dos discentes quanto dos docentes que fazem parte do universo da educação do campo. A construção destas práticas é a validação das possibilidades de transformação, compromisso e o rompimento com a estrutura da escola liberal, orientada pelo modo capitalista de produção.

Do ponto de vista da estrutura de poder governamental, percebemos por meio do trabalho de campo, leituras e entrevistas realizadas, um processo contínuo de desestabilização da Educação do Campo como um todo. Percebemos também que isso não foi diferente nas áreas urbanas.

Tanto nas escolas já constituídas, como nas escolas do campo em formação, não houve avanços significativos por parte do governo do Estado. Um exemplo disso, são os dados apontados pela Assembleia Legislativa, que informa o fechamento de 256 escolas pelo governo de Ricardo Coutinho, motivado pela falta de interesse no desenvolvimento social e econômico do Estado por meio da educação, e o Edital 01/2017 junto ao Proc. 0017158-4/2017, que viabiliza o processo de privatização das escolas estaduais. Trata-se da manutenção de um modelo político tradicional arraigado pela supremacia das relações de poder.

Finalmente quero enfatizar que a defesa da educação do campo, tendo como metodologia de



ensino/aprendizagem a agroecologia nas escolas do campo, promove a dignidade e assegura a sustentabilidade dos sujeitos do campo em seus territórios, seja por meio de políticas públicas como o Pronera, ou por meio dos projetos sociais fomentados pelas universidades e órgãos de financiamentos oficiais. Compreendo estes como caminhos e alternativas avançadas para a superação da educação bancária, naturalizada no cotidiano escolar.

### **Referências Bibliográficas**

CAMINI, Isabela. **Escola itinerante: na fronteira de uma nova escola**. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2009.

**DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO**. Ministério da Educação: Secretaria de Inclusão Educacional. Brasília: Resolução CNE/CEB, nº 01 de 03 de abril de 2002.

MOLINA, M.C. **Escola do Campo**. In: Dicionário de Educação do Campo / Org. Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. [tradução Isa Tavares]. – 2.a ed. – São Paulo : Boitempo, 2008. – (Mundo do Trabalho).

OLIVEIRA, L. M. T. e CAMPOS, M. **Educação Básica do Campo**. In: Dicionário de Educação do Campo / Org. Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2006.